



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de
Técnico de Controle Externo
Área: Administração
Suporte Administrativo Geral

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Preconceitos

Preconceitos são juízos firmados por antecipação; são rótulos prontos e aceitos para serem colados no que mal conhecemos. São valores que se adiantam e qualificam pessoas, gestos, ideias antes de bem distinguir o que sejam. São, nessa medida, profundamente injustos, podendo acarretar consequências dolorosas para suas vítimas. São pré-juízos. Ainda assim, é forçoso reconhecer: dificilmente vivemos sem alimentar e externar algum preconceito.

São em geral formulados com um alcance genérico: “o povo tal não presta”, “quem nasce ali é assim”, “música clássica é sempre chata”, “cuidado com quem lê muito” etc. Dispensamos de pensar, de reconhecer particularidades, de identificar a personalidade própria de cada um. “Detesto filmes franceses”, me disse um amigo. “Todos eles?” – perguntei, provocador. “Quem viu um já viu todos”, arrematou ele, coroando sua forma preconceituosa de julgar.

Não confundir preconceito com gosto pessoal. É verdade que nosso gosto é sempre seletivo, mas ele escolhe por um critério mais íntimo, difícil de explicar. “Gosto porque gosto”, dizemos às vezes. Mas o preconceito tem raízes sociais mais fundas: ele se dissemina pelas pessoas, se estabelece sem apelação, e quando damos por nós estamos repetindo algo que sequer investigamos. Uma das funções da justiça institucionalizada é evitar os preconceitos, e o faz julgando com critério e objetividade, por meio de leis. Adotar uma posição racista, por exemplo, não é mais apenas preconceito: é crime. Isso significa que passamos, felizmente, a considerar a gravidade extrema das práticas preconceituosas.

(Bolívar Lacombe, inédito)

1. Ao avaliar a gravidade e a extensão dos preconceitos, o autor os condena sobretudo pela seguinte razão: eles
- (A) acabam se confundindo com nosso gosto pessoal e prejudicando nosso entendimento das coisas.
 - (B) proporcionam uma visão de mundo excessivamente singular e viciosa, mesmo quando justificável.
 - (C) promovem profunda injustiça ao julgarem pessoas ou coisas a partir de valores já firmados.
 - (D) acarretam máximos prejuízos para quem os alimenta, não atingindo as opiniões que circulam socialmente.
 - (E) deformam nossa visão de mundo por serem muito detalhistas, distraíndo-nos do foco principal.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, o autor define o que seja preconceito e avalia a extensão dos prejuízos que sua prática acarreta, considerando ainda a dificuldade de se os evitar plenamente.
- II. No 2º parágrafo, o autor reconhece na prática algumas formulações preconceituosas, reforçando a ideia de que os preconceitos impedem uma identificação adequada das coisas e das pessoas.
- III. No 3º parágrafo, o autor estabelece um paralelo entre o juízo preconceituoso, passível de penalização, e o juízo decorrente do gosto pessoal, que se rege por critérios interiorizados e difíceis de definir.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

3. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:

- (A) Os preconceitos, ao se firmar, acabam por promover injustiças que nunca mais se repara.
- (B) Não deveriam caber aos preconceituosos insistirem em difundir seus juízos falsos e precipitados.
- (C) Consta, entre as convicções do autor, a certeza de que não nos seriam lícito eliminar todos os preconceitos.
- (D) Uma das prerrogativas da justiça está em reconhecer e penalizar as ações em que se promove o preconceito.
- (E) Qualificam-se como crime, na legislação atual, toda e qualquer manifestação de racismo.

4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.

- (A) Ao preconceituoso parece natural que venha a aplicar conceitos que ele se utiliza sem qualquer preocupação de fazer sua análise.
- (B) Qualquer um de nós já terá ouvido ou dito frases preconceituosas, como aquelas de que se vale o autor no segundo parágrafo do texto.
- (C) Mesmo que não se devam confundir preconceito como gosto pessoal, ainda assim acontece de os tentarmos justificar um pelo outro.
- (D) Quem diz que gosto porque gosto não está descreminando um preconceito, devido que se trata de uma simples manifestação de gosto.
- (E) Atualmente haverão mais cuidados daqueles preconceituosos raciais que até então vinham insuflando conceitos desabonadores sobre algumas etnias.



5. A articulação entre os tempos e os modos verbais está adequada na frase:
- (A) Uma vez que o preconceito se revelasse inevitável será oportuna a criação de leis com o intuito de que foram coibidas atitudes preconceituosas.
- (B) É natural que há preconceito nas relações interpessoais: mesmo que percebemos tenhamos externado uma avaliação preconceituosa.
- (C) Qualquer sociedade tem preconceitos, mas era importante que existissem leis para que pessoas preconceituosas forem exemplarmente julgadas e punidas.
- (D) É preciso que se tenha cautela com nosso comportamento em sociedade, pois seria possível que reações preconceituosas surjam mesmo sem que nós possamos perceber.
- (E) O preconceito teria raízes sociais fundas: ele se disseminaria pelas pessoas e, quando déssemos por nós, estaríamos repetindo algo que sequer teríamos investigado.

6. O emprego das vírgulas está plenamente adequado na frase:
- (A) No segundo parágrafo, ao se valer de frases do cotidiano, o autor exemplifica, e com muita propriedade, diga-se, vários casos em que um suposto falante expressa pontos de vista inteiramente preconceituosos.
- (B) No segundo parágrafo ao se valer de frases do cotidiano, o autor exemplifica, e com muita propriedade diga-se, vários casos em que, um suposto falante expressa pontos de vista inteiramente preconceituosos.
- (C) No segundo parágrafo, ao se valer, de frases do cotidiano, o autor exemplifica e com muita propriedade, diga-se, vários casos, em que um suposto falante expressa pontos de vista inteiramente preconceituosos.
- (D) No segundo parágrafo, ao se valer de frases do cotidiano o autor exemplifica, e com muita propriedade, diga-se vários casos em que um suposto falante, expressa pontos de vista inteiramente preconceituosos.
- (E) No segundo parágrafo, ao se valer de frases do cotidiano, o autor exemplifica e com muita propriedade, diga-se, vários casos, em que um suposto falante, expressa pontos de vista inteiramente preconceituosos.

7. Empregam-se corretamente as expressões destacadas em:
- (A) O crime racial constitui uma maneira de penalizar aqueles **de que** se deixam levar por atitudes que rejeitam um outro **a quem** se é diferente.
- (B) As ações movidas por preconceito, **aonde** se observa um juízo prévio de um indivíduo **de que** não se conhece muito bem, devem ser repreendidas.
- (C) A propagação de preconceitos, fenômeno **pelo qual** todos podemos ser responsáveis, deve ser abrandada por penalizações rigorosas, **às quais** os infratores estejam sujeitos.
- (D) O preconceito é uma maneira **com que** os grupos sociais encontraram para excluir aqueles que são considerados estranhos e **de quem** não se confia.
- (E) As leis são um meio **ao qual** o preconceito pode ser contido, mas não extinto, pois ele estará presente mesmo nas culturas **às quais** o punem com rigor.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de uma crônica:

Insânia*

Não há limites para a insânia, costumava dizer um amigo meu, grande jornalista e pessoa melhor ainda, desolado ante o espetáculo da humanidade sobre a Terra. Planejava começar assim um artigo que não chegou a escrever. Uma pena. Eu próprio teria fornecido ao meu amigo umas ilustrações de insânia sem limites, e sem que precisasse recorrer à experiência alheia: rir de si mesmo é uma virtude, e humildemente reconheço que motivos não me faltam.

* **Insânia** = loucura, demência, desatino

(WERNECK, Humberto, **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre: Arquipélago, 2011, p. 107)

8. A frase *sem que precisasse recorrer à experiência alheia* está-se referindo
- (A) à pessoa do autor do texto, que está longe de ser um exemplo de insânia.
- (B) ao amigo do autor do texto, um jornalista desolado com a insânia da humanidade.
- (C) ao amigo do autor do texto, um jornalista que confessa ser capaz de rir de sua própria insânia.
- (D) à pessoa do autor do texto, que se vê como ilustração da insânia humana.
- (E) a um insano qualquer, incapaz de ver a si mesmo como um desatinado.
9. Na frase *rir de si mesmo é uma virtude, e humildemente reconheço que motivos não me faltam*, uma nova, coerente e correta redação do segmento sublinhado será
- (A) estabeleço os motivos pelos quais que me levam a essa conclusão.
- (B) visualizo razões que me falecem para tanto.
- (C) concluo que por muitas razões eu o faria.
- (D) concordo com os motivos que não sobejam para isso.
- (E) confesso que tenho suficientes razões para fazê-lo.
10. No segmento do texto
- (A) *não há limites para a insânia*, o elemento sublinhado é o sujeito.
- (B) *desolado ante o espetáculo da humanidade*, a expressão sublinhada tem o valor de **em vista do**.
- (C) *Eu próprio teria fornecido ao meu amigo umas ilustrações de insânia*, a forma verbal está na voz passiva.
- (D) *rir de si mesmo é uma virtude*, exemplifica-se um caso de oração sem sujeito.
- (E) *motivos não me faltam*, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por **não há de me faltar**.

**Raciocínio Lógico**

11. Dois amigos estavam conversando sobre exercícios físicos quando um deles disse: "Se você fizer esteira, então você emagrecerá e melhorará o condicionamento físico". O outro amigo, para negar a afirmação, deverá dizer:
- (A) Faça esteira e você não emagrecerá e não melhorará o condicionamento físico.
 - (B) Faça esteira e você não emagrecerá ou não melhorará o condicionamento físico.
 - (C) Se você fizer esteira e não emagrecer, então não vai melhorar o condicionamento físico.
 - (D) Faça esteira e você emagrecerá e não melhorará o condicionamento físico.
 - (E) Se você fizer esteira e emagrecer, então não melhorará o condicionamento físico.
-
12. Observe a sequência (7; 5; 10; 8; 16; 14; 28; 26; 52; . . .). Considerando que a sequência continue com a mesma lei de formação, a diferença entre o 16º e o 13º termos dessa sequência, nessa ordem, é igual a
- (A) 190.
 - (B) -2.
 - (C) 192.
 - (D) 290.
 - (E) 576.
-
13. Considere as afirmações verdadeiras:
- Se compro leite ou farinha, então faço um bolo.
 - Se compro ovos e frango, então faço uma torta.
 - Comprei leite e não comprei ovos.
 - Comprei frango ou não comprei farinha.
 - Não comprei farinha.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) fiz uma torta.
 - (B) não fiz uma torta e não fiz um bolo.
 - (C) fiz um bolo.
 - (D) nada comprei.
 - (E) comprei apenas leite e ovos.
-
14. A afirmação que é logicamente equivalente à afirmação: "Se faço karatê, então sei me defender" é
- (A) Se não faço karatê, então não sei me defender.
 - (B) Se sei me defender, então faço karatê.
 - (C) Se não sei me defender, então não faço karatê.
 - (D) Se não sei me defender, então faço karatê.
 - (E) Se faço karatê, então não sei me defender.



15. Um casal está no supermercado fazendo compras do mês e o marido diz para a esposa: "Vamos comprar macarrão ou arroz integral". A esposa negando a afirmação diz:
- (A) Se vamos comprar macarrão, então não vamos comprar arroz integral.
 - (B) Não vamos comprar macarrão ou não vamos comprar arroz integral.
 - (C) Se não vamos comprar macarrão, então não vamos comprar arroz integral.
 - (D) Não vamos comprar macarrão e não vamos comprar arroz integral.
 - (E) Se não vamos comprar macarrão, então vamos comprar arroz integral.

16. A idade de cada uma dessas pessoas possui relação com a primeira letra de seu próprio nome: Samantha, 19 anos; Cleuza, 3 anos; Paulo, 16 anos; Natasha, 14 anos; Valéria, 22 anos. Maria, Bruno e Roberto, também apresentam a mesma relação entre a primeira letra de seu próprio nome e a sua respectiva idade. Sendo assim, a soma das idades de Maria, Bruno e Roberto é igual a
- (A) 33.
 - (B) 29.
 - (C) 42.
 - (D) 39.
 - (E) 34.

17. Em uma família de 6 pessoas, um bolo foi dividido no jantar. Cada pessoa ficou com 2 pedaços do bolo. Na manhã seguinte, a avó percebeu que tinham roubado um dos seus dois pedaços de bolo. Indignada, fez uma reunião de família para descobrir quem tinha roubado o seu pedaço de bolo e perguntou para as outras 5 pessoas da família: "Quem pegou meu pedaço de bolo?"

As respostas foram:

Guilherme: "Não foi eu".

Telma: "O Alexandre que pegou o bolo".

Alexandre: "A Caroline que pegou o bolo".

Henrique: "A Telma mentiu".

Caroline: "O Guilherme disse a verdade".

A avó, sabendo que uma pessoa estava mentindo e que as outras estavam falando a verdade, pôde concluir que quem tinha pegado seu pedaço de bolo foi

- (A) Guilherme.
- (B) Telma.
- (C) Alexandre.
- (D) Henrique.
- (E) Caroline.

18. Considere as afirmações:

- I. Se a música toca no rádio, então você escuta.
- II. A música não tocou no rádio.
- III. Renato é bom em matemática ou é bom em português.
- IV. Se as nuvens estão escuras, então vai chover.

Sabe-se que as afirmações I e II são verdadeiras, e as afirmações III e IV são falsas. A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) Você escutou a música, e Renato não é bom em matemática, e não é bom em português.
- (B) A música não tocou no rádio, e as nuvens não estão escuras, e vai chover.
- (C) Você escutou a música, e Renato é bom somente em matemática, e está chovendo.
- (D) A música não tocou no rádio, e Renato não é bom em português, e as nuvens estão escuras.
- (E) A música não tocou no rádio, e Renato não é bom em matemática, e é bom em português, e não vai chover.



19. Observe as diversas sequências de quatro letras: IHFG; FGHI; GIFH; IHGF; FHGI; HIGF; FHIG; GHFI; GHIF; IFGH; HGIF; HIFG; IGFH. Se cada sequência dessas quatro letras fosse considerada uma palavra, e se as palavras fossem colocadas em ordem alfabética, com a 1ª palavra sendo FGHI, a sequência de quatro letras que ocuparia a 8ª posição nessa lista alfabética seria
- (A) IFGH
 - (B) FGHI
 - (C) HIGF
 - (D) HGIF
 - (E) HIFG
-

20. Considere como verdadeiras as afirmações:

- Todo programador sabe inglês.
- Todo programador conhece informática.
- Alguns programadores não são organizados.

A partir dessas afirmações é correto concluir que

- (A) todos que sabem inglês são programadores.
 - (B) pode existir alguém que conheça informática e não seja programador.
 - (C) todos que conhecem informática são organizados.
 - (D) todos que conhecem informática sabem inglês.
 - (E) pode existir programadores organizados que não sabem inglês.
-

Noções de Controle Externo

21. A Constituição Federal estabelece que o controle externo está a cargo

- (A) do Congresso Nacional.
 - (B) do Poder Executivo.
 - (C) do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) do Tribunal de Contas da União.
 - (E) da Controladoria Geral da União.
-

22. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, é parte essencial das decisões do Tribunal ou de suas Câmaras

- (A) a penalidade.
 - (B) o encaminhamento ao Ministério Público Estadual.
 - (C) a fundamentação legal.
 - (D) a jurisprudência.
 - (E) a ementa.
-



<p>23. A sede do Governo do Estado do Ceará foi atingida por forte tempestade, causando a destruição do setor onde estavam guardados todos os documentos. Esse fato motivou o TCE-CE a considerar ilíquidáveis as contas do Executivo estadual e ordenar o trancamento das contas daquele exercício. Passados cinco anos, não houve nova decisão a respeito. Nesse caso, essas contas serão consideradas</p> <p>(A) suspensas.</p> <p>(B) regulares com ressalva.</p> <p>(C) prescritas.</p> <p>(D) regulares.</p> <p>(E) encerradas.</p>	<p>27. As contas relativas ao passivo financeiro, ativo financeiro e saldo do exercício anterior pertencem, respectivamente, aos balanços</p> <p>(A) patrimonial, financeiro e financeiro.</p> <p>(B) financeiro, financeiro e financeiro.</p> <p>(C) patrimonial, patrimonial e patrimonial.</p> <p>(D) patrimonial, patrimonial e financeiro.</p> <p>(E) financeiro, financeiro e patrimonial.</p>
<p>24. Nos termos previstos no Regimento Interno do TCE-CE, confeccionar o demonstrativo semestral que publicize a atividade judicante do Tribunal é competência</p> <p>(A) do Vice-Presidente.</p> <p>(B) do Corregedor.</p> <p>(C) do Plenário.</p> <p>(D) dos Serviços Auxiliares.</p> <p>(E) do Presidente.</p>	<p>28. Num determinado período, o Governo do Estado do Ceará verificou que a receita realizada poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado nominal e primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Em razão desse fato, houve a necessidade de promover limitação de empenho e de movimentação financeira. Além daquelas relacionadas a obrigações constitucionais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado não especificou despesas que não poderiam se sujeitar a essas restrições. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o ato de limitação NÃO alcança as despesas</p> <p>(A) para aquisição de cestas básicas para o setor da assistência social.</p> <p>(B) relacionadas à construção da sede da Secretaria de Obras.</p> <p>(C) destinadas ao pagamento do serviço da dívida.</p> <p>(D) para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.</p> <p>(E) para a realização de serviços de ligação do sistema de água e esgotos.</p>
<p>25. A Constituição do Estado do Ceará estabelece que os auditores do TCE-CE são em número de</p> <p>(A) quatro, nomeados pelo Governador do Estado.</p> <p>(B) quatro, nomeados pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) três, nomeados pelo Plenário do Tribunal.</p> <p>(D) três, nomeados pelo Governador do Estado.</p> <p>(E) três, nomeados pelo Presidente do Tribunal.</p>	<p>29. É EXCEÇÃO legal ao conceito de renúncia de receita</p> <p>(A) a anistia.</p> <p>(B) a remissão.</p> <p>(C) o crédito presumido.</p> <p>(D) a concessão de isenção em caráter não geral.</p> <p>(E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior aos dos respectivos custos de cobrança.</p>
<p>Noções de Administração Financeira e Orçamentária</p> <p>26. As receitas imobiliárias, amortização de empréstimos concedidos e operações de crédito são classificadas, respectivamente, como receitas</p> <p>(A) patrimonial, patrimonial e de capital.</p> <p>(B) patrimonial, de capital e de capital.</p> <p>(C) de capital, transferências correntes e de capital.</p> <p>(D) de capital, patrimonial e patrimonial.</p> <p>(E) patrimonial, transferências correntes e de capital.</p>	<p>30. A iniciativa para a elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA é</p> <p>(A) do Poder Executivo.</p> <p>(B) do Poder Legislativo.</p> <p>(C) do Poder Judiciário.</p> <p>(D) dos Poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>(E) dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Noções de Direito Constitucional**

31. Os direitos e garantias fundamentais individuais constituem cláusulas pétreas da Constituição da República Federativa do Brasil.

Isso significa dizer que somente podem ser objeto de supressão do Texto Maior pelo legislador constituinte

- (A) originário e pelo derivado, observadas certas condições.
- (B) derivado e, excepcionalmente, pelo originário.
- (C) originário, que deverá respeitar os direitos adquiridos.
- (D) originário, apenas.
- (E) originário e, excepcionalmente, pelo derivado.

32. A Constituição Federal é o texto legislativo supremo de qualquer ordenamento jurídico interno.

Neste sentido, todas as demais normas jurídicas devem observar seus princípios e postulados.

Para que determinado texto legislativo possa ser reconhecido como tendo a natureza de Constituição rígida e de origem democrática como a brasileira, é indispensável que contenha a

- (A) previsão expressa em mencionado sentido, assim declarada pela Casa Legislativa.
- (B) previsão de quórum diferenciado para a sua reforma, assim como os órgãos integrantes da estrutura do Estado e a asseguarção dos direitos fundamentais.
- (C) previsão das funções que serão exercidas pelos órgãos do Estado, assim como as dívidas interna destes.
- (D) iniciativa legislativa do Chefe de Governo e a sua aprovação pelo Congresso Nacional.
- (E) previsão exaustiva dos direitos e deveres individuais e coletivos, bem como das funções que serão exercidas pelos órgãos do Estado.

33. Consideram-se normas constitucionais de eficácia contida aquelas em que o legislador constituinte

- (A) regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria produzindo a norma desde logo seus efeitos, mas deixou margem à atuação restritiva por parte do Poder Público, nos termos que vierem a ser previstos em lei.
- (B) deixou ao legislador ordinário o poder pleno de disciplinar a matéria, sem delinear os limites de tal atuação.
- (C) regulamentou inteiramente a matéria, a qual não pode ser objeto de nenhum juízo restritivo por parte do Poder Público.
- (D) deixou ao legislador ordinário o poder de disciplinar a matéria, dependendo a norma constitucional, para gerar efeitos, da existência de regras restritivas por este traçadas.
- (E) previu os princípios que devem ser observados pelo Poder Público, sem fixar diretriz a ser seguida na elaboração das leis ordinárias posteriores.

34. Para evitar e/ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de ato do Poder Público o ordenamento jurídico prevê a possibilidade de ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal

- (A) ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) ação anulatória de ato jurídico.
- (E) reclamação constitucional.

35. São exemplos de direitos fundamentais difusos, denominados de terceira geração, previstos na Constituição Federal:

- (A) a liberdade de reunião e as normas de proteção trabalhista.
- (B) o meio ambiente e a defesa dos consumidores.
- (C) a saúde e a educação.
- (D) a liberdade de reunião e a assistência social.
- (E) as liberdades de expressão e de credo.

36. Na estrutura constitucional brasileira, o Tribunal de Contas

- (A) integra a estrutura do Poder Executivo, funcionando como órgão de controle interno das contas públicas.
- (B) integra a estrutura do Poder Judiciário, possuindo competências próprias.
- (C) é órgão independente e autônomo, estando arrolado dentre as funções essenciais à Justiça.
- (D) possui autonomia, competindo-lhe exercer função auxiliar ao Poder Legislativo.
- (E) é órgão independente e autônomo, desvinculado dos Poderes do Estado.

37. Dentre outras hipóteses, NÃO é possível à União intervir nos Estados para

- (A) manter a integridade nacional.
- (B) repelir invasão estrangeira.
- (C) garantir o livre exercício da função jurisdicional do Estado-membro.
- (D) assegurar o cumprimento de decisão judicial advinda do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) exercer o policiamento ostensivo, na hipótese da existência de organização criminosa de âmbito estadual.

38. Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público é considerado instituição permanente e

- (A) essencial à função jurisdicional do Estado, integrando a estrutura do Poder Judiciário.
- (B) incumbida da defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Executivo.
- (C) responsável, privativamente, pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis em Juízo.
- (D) responsável pela defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Legislativo.
- (E) incumbida de promover a defesa da ordem jurídica, gozando de autonomia e independência funcional.



<p>39. São princípios gerais da atividade econômica brasileira, nos termos da Constituição Federal: a</p> <p>(A) propriedade privada e a defesa do meio ambiente.</p> <p>(B) soberania nacional e o direito à saúde.</p> <p>(C) função social da propriedade e o direito à educação.</p> <p>(D) busca do pleno emprego e a proteção do investidor.</p> <p>(E) defesa do consumidor e a estabilidade nos contratos privados.</p>	<p>42. A desconcentração pode ser conceituada como a <i>repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma Administração</i>. De outro lado, a descentralização, a despeito de também ser técnica de racionalização da prestação das atividades do Estado, implica a criação de outras pessoas jurídicas. Sobre elas, é correto afirmar:</p> <p>(A) As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista são exemplo do emprego, pela Administração pública, da técnica da desconcentração, integrando, referidas pessoas, a Administração pública indireta.</p> <p>(B) Os ministérios e as secretarias de estado originam-se do emprego da técnica da desconcentração; constituem-se órgãos que integram a pessoa jurídica que os criou, detendo, no entanto, em relação àquelas, autonomia no que concerne aos assuntos que justificaram sua criação.</p> <p>(C) As autarquias são exemplo do emprego da técnica da descentralização, possuem regime jurídico de direito público e suas relações com as pessoas que as criaram são pautadas no princípio da hierarquia.</p> <p>(D) A Administração pública indireta tem origem no emprego da técnica da descentralização, que implica a criação de pessoas com personalidade jurídica própria, que assumem obrigações em nome próprio.</p> <p>(E) Tanto os órgãos destituídos de personalidade jurídica como os entes personalizados mantêm com as pessoas que lhes deram vida relação fundamentada no princípio hierárquico.</p>
<p>40. Os tributos que têm como origem a valorização de imóvel pertencente ao contribuinte em face da realização de obras públicas pelo Estado são denominados</p> <p>(A) impostos.</p> <p>(B) taxas.</p> <p>(C) contribuições de melhorias.</p> <p>(D) empréstimos compulsórios.</p> <p>(E) tarifas.</p>	<p>43. A Administração pública tem o poder-dever de apurar infrações administrativas e aplicar penas disciplinares, respeitando, para tanto, o contraditório e a ampla defesa. Cuida-se do exercício do denominado Poder Disciplinar. Quanto a este, é correto afirmar:</p> <p>(A) É obrigatório, razão pela qual a autoridade administrativa tem o dever não só de apurar eventual prática de falta funcional como tem a obrigação de aplicar sanção nas hipóteses em que a culpa do servidor não restar integralmente comprovada, isso em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.</p> <p>(B) A aplicação de sanção disciplinar decorrente da prática de ilícito administrativo inibe a aplicação de sanção criminal pelo mesmo fato, em razão do princípio do não <i>bis in idem</i>.</p> <p>(C) A tipicidade do direito administrativo é menos rigorosa que a do direito penal, isso em razão dos valores jurídicos protegidos por cada área, motivo pelo qual, em regra, muitos estatutos funcionais admitem tipos abertos.</p> <p>(D) Por cuidar-se de dever-poder, de caráter obrigatório, não comporta espaço para que a Administração exerça juízo discricionário.</p> <p>(E) Compreende as punições dos administrados e indivíduos que não obedecem às limitações e restrições impostas no interesse público, não apenas as penalidades impostas aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços públicos.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>41. Cláudio Sarian Altounian, na obra intitulada “Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização”, aduz que “O controle da aplicação de recursos públicos é de extrema relevância para o crescimento do país, tanto que a matéria foi alçada ao texto constitucional na Seção IX” (Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária) do Capítulo VII (Da Administração Pública). Afirma, ainda, o mesmo autor, que “apenas a atuação integrada de todas as esferas de controle assegurará uma eficiente aplicação dos recursos públicos na execução de obras”. Em relação à fiscalização da aplicação dos recursos públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Caracteriza-se como atividade de controle apenas quando a atividade for exercida pelos próprios órgãos e entidades executores da despesa pública.</p> <p>(B) Os gestores dos contratos administrativos não exercem atividade de fiscalização, motivo pelo qual não integram o sistema de controle administrativo interno.</p> <p>(C) É exercida pelo Poder Executivo sobre suas próprias atividades, pelo que se caracteriza como controle interno, e pelo Poder Legislativo, por intermédio das Cortes de Contas, hipótese em que se caracteriza como controle externo e fundamenta-se no poder hierárquico.</p> <p>(D) É atividade que integra o controle administrativo, exercido pelo Poder Executivo e pelos órgãos de administração dos demais Poderes sobre suas próprias atividades.</p> <p>(E) Os Tribunais de Contas quando julgam as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos exercem controle externo de natureza judiciária.</p>	



44. Tem crescido em número e importância as relações do Estado com o denominado terceiro setor. As parcerias (sentido amplo) estão sujeitas a instrumentos jurídicos distintos e a diferentes regimes jurídicos. Considerando o regime jurídico aplicável às Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), há de se considerar que
- (A) as primeiras OSs são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que recebem recursos públicos para desempenhar serviços sociais exclusivos do Estado, o que se dá por meio de termo de parcerias.
 - (B) a outorga, pela Administração pública, de qualificação como OSCIP à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é ato discricionário do Poder Público, mesmo nas hipóteses em que preenchidos os requisitos legais para tanto.
 - (C) a entidade que descumprir as regras e princípios regedores do contrato de gestão poderá ser desqualificada como OS, o que independe de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa nas hipóteses em que a entidade tiver bens e valores públicos entregues à sua utilização.
 - (D) a relação do Poder Público com as Organizações Sociais encontra disciplina no Contrato de Gestão, já a relação das OSCIPs é instrumentalizada por meio de termo de parceria; ambas as relações têm por objeto o fomento e o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado.
 - (E) a celebração de contratos de prestação de serviços do Estado com OSs para atividades contempladas no contrato de gestão depende da realização de licitação, na modalidade pregão, nas formas presencial ou eletrônica.

45. A Lei nº 8.666/1993 foi por um longo período a única alternativa para as contratações públicas em geral. Desde sua edição, no entanto, somavam-se críticas dos operadores de direito ao referido regime licitatório, considerado por muitos excessivamente burocrático, impondo à Administração procedimento licitatórios pouco ágeis e muito custosos. No ano de 2000, com a Medida Provisória 2.026, de 4/05/2000, estendeu-se a toda Administração a nova modalidade licitatória denominada pregão, hoje disciplinada pela Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão). A partir de 2010 voltou-se a falar na necessidade de reforma da Lei nº 8.666/1993, que continuou a ser vista como um dos entraves aos investimentos em infraestrutura. No ano de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.462/2011 que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações – RDC.

Quanto aos referidos regimes jurídicos que, atualmente, coexistem no nosso ordenamento jurídico é correto afirmar:

- (A) As obras, serviços e aquisições podem ser licitadas, pela Administração, pelo regime da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 ou pela Lei nº 12.462/2011; a escolha dentre os referidos regimes é ato discricionário do Administrador, não subordinado à natureza do objeto, às suas peculiaridades, ao valor estimado da contratação e ao critério de julgamento.
 - (B) Tanto nos procedimentos licitatórios na modalidade pregão, do tipo eletrônico ou presencial, como nos procedimentos licitatórios submetidos ao Regime Diferenciado de Contratações – RDC a fase de habilitação é posterior à de julgamento das propostas, exceto na hipótese de inversão de fases, possível, por ato motivado e previsão no instrumento convocatório no RDC.
 - (C) O critério de julgamento do maior retorno econômico, adotado exclusivamente para celebração de contratos de eficiência, aplica-se à modalidade licitatória concorrência disciplinada pela Lei nº 8.666/1993, desde que haja ato motivado e previsão no instrumento convocatório.
 - (D) As disposições da Lei nº 8.666/1993 concernentes à licitação aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei do Pregão, da mesma forma que também se aplicam, de forma subsidiária, aos procedimentos licitatórios regidos pelo Regime Diferenciado de Contratações – RDC.
 - (E) A Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002 admitem expressamente que o orçamento estimado para a contratação só seja tornado público após o encerramento da licitação, previsão que também consta da Lei nº 12.462/2011.
46. Conceituar serviço público é matéria das mais árduas. Não há consenso doutrinário na questão. Nada obstante, a Constituição Federal dispõe no seu artigo 175 quanto às formas de prestação de referida atividade, estabelecendo, ainda, que a lei disporá quanto aos direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado. A partir de referido microsistema constitucional, são formas de delegação da prestação de serviços públicos a particulares:
- (A) os contratos de empreitada de obra pública precedidos de licitação na modalidade concorrência pública.
 - (B) os convênios administrativos celebrados por órgãos ou entidades da Administração pública com particulares, submetidos ao regime da Lei nº 8.666/1993.
 - (C) a concessão de serviço público feita pelo Poder Concedente à pessoa jurídica, por meio de licitação na modalidade concorrência, bem como a permissão de serviço público feita pelo Poder Concedente, mediante licitação, à pessoa física ou jurídica.
 - (D) a concessão feita pelo Poder Concedente à pessoa física ou jurídica, por meio de licitação, em qualquer modalidade, bem como a permissão de serviço público feita pelo Poder Concedente à pessoa física ou jurídica, independentemente de procedimento licitatório prévio, que não é exigível dada a natureza precária do vínculo formado entre o particular e o Poder Público.
 - (E) a contratação integrada que contempla a possibilidade de um único interessado ter aos seus cuidados não só a elaboração dos projetos básicos e executivos, mas, igualmente, a execução de obras públicas.



47. Obra pública metroviária executada pelo Estado do Ceará, no Município de Fortaleza, ocasionou danos estruturais em trinta imóveis privados, obrigando os respectivos moradores a deixarem suas residências, dado o risco iminente de desabamento. Nesta situação, o Estado
- (A) tem o dever de reparar os danos causados aos moradores de referidos imóveis, cuidando-se da denominada responsabilidade extracontratual do Estado, que encontra fundamento em vários princípios, dentre eles o da igualdade de ônus e encargos sociais.
 - (B) tem o dever de reparar os danos causados aos moradores dos referidos imóveis, tratando-se da denominada responsabilidade contratual, que tem origem na violação de cláusulas do instrumento de contrato, dado que na hipótese a obra metroviária é executada por empresa que mantém, com o Estado, contrato de execução de obra pública.
 - (C) não tem o dever de reparar os danos causados aos moradores de referidos imóveis, por se tratar de comportamento lícito estatal consistente na construção de obra pública, que não gera o dever de indenizar, em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (D) pode ser responsabilizado somente com a demonstração de culpa do agente público e nexos causal em relação aos danos.
 - (E) não é responsável pela reparação dos danos, mas, tão somente, a empresa contratada para execução das obras, desde que reste demonstrada sua ação culposa ou dolosa.
-
48. O artigo 5^o, inciso LV, da CF dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a elas inerentes”. A partir da constitucionalização do processo administrativo muitos doutrinadores passaram a defender o entendimento segundo o qual não há mais dúvida quanto à natureza processual do denominado “processo administrativo”, razão porque não haveria mais espaço para teorias tal qual a do procedimento. Considerando o regime jurídico incidente no denominado processo administrativo a partir da Constituição Federal de 1998, é correto afirmar:
- (A) Não há mais distinção substancial entre o processo civil e o processo administrativo, uma vez que o Estado deve assegurar também, neste último, o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) Os princípios da oficialidade e da inércia incidem tanto no processo administrativo como no judicial, ambos iniciando-se por provocação e desenvolvendo-se posteriormente por impulso oficial.
 - (C) A desistência ou a renúncia do autor no processo civil e do interessado no processo administrativo implicam o arquivamento do processo, que não poderá prosseguir mesmo que haja interesse da Administração.
 - (D) O princípio do formalismo vige tanto no processo civil como no processo administrativo, incidindo, em ambos os procedimentos, da mesma forma e com a mesma intensidade.
 - (E) No processo administrativo, há regras próprias de impedimento e suspeição, que visam a garantir a imparcialidade na apreciação da autoridade competente, como também há no processo jurisdicional regras próprias de impedimento e suspeição.
-
49. Para Alexandre de Moraes atos de improbidade são “aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da Administração pública”. Nesse sentido, os atos de improbidade foram disciplinados pela Lei Federal nº 8.429/1992. Segundo o referido regime jurídico,
- (A) as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (B) o ato de improbidade em si não constitui crime e não pode caracterizá-lo, isso em razão do princípio da especialidade.
 - (C) para que uma conduta seja caracterizada como improba deve, além de atentar contra os princípios da Administração, implicar enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.
 - (D) a aplicação das sanções aos agentes administrativos previstas na denominada Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público, hipótese em que se deve aguardar decisão do Tribunal de Contas competente quanto à aprovação ou rejeição das contas.
 - (E) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração pública compreendem tão somente a ação, excluindo a omissão.



<p>50. Quanto aos Consórcios Públicos, a Lei nº 11.107/2005 preceitua:</p> <p>(A) Todo consórcio, de direito público ou de direito privado, pode ser contratado diretamente, com dispensa de licitação, pela Administração direta ou indireta dos entes consorciados.</p> <p>(B) É possível, nos termos da lei, a criação de consórcio público entre Estado e Municípios de outros Estados, sem a participação destes últimos.</p> <p>(C) A formação de consórcio público exige a ratificação, pelos entes federativos consorciados, do protocolo de intenções, não se fazendo possível, no termos da lei, o consorciamento parcial ou condicional do ente federativo, mesmo que aceito pelos demais subscritores do protocolo de intenções.</p> <p>(D) O consórcio de direito público, instituído na forma de associação pública, integra a administração direta de todos os entes da federação associados.</p> <p>(E) Os consórcios de direito público podem ser contratados diretamente, com dispensa de licitação, pela Administração direta ou indireta dos entes consorciados, o que não se aplica aos consórcios de direito privado, que, em regra, devem ser contratados pelos entes consorciados por meio de procedimento licitatório.</p>	<p>53. Sobre os conceitos de déficit fiscal e dívida pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) superávits fiscais mais elevados tornam mais difícil o controle do endividamento público, pois significam que o governo está gastando mais com investimentos públicos.</p> <p>(B) quanto maior for a taxa de juros cobrada pelo mercado financeiro para comprar os títulos públicos, mais sustentável será o estoque de dívida.</p> <p>(C) o resultado nominal do setor público considera apenas as receitas e despesas primárias não financeiras.</p> <p>(D) a Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída no Brasil no ano 2000, passou a transferir o déficit fiscal de estados e municípios para o governo federal, para evitar a interrupção dos serviços públicos locais.</p> <p>(E) há uma relação positiva entre a ocorrência de resultados fiscais deficitários e o aumento da dívida pública, caso o governo dispense o financiamento por meio de senhoriação real.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Economia do Setor Público e de Administração Pública</p> <p>51. A atuação do governo na economia tem como objetivo promover a melhoria do bem-estar coletivo por meio da eliminação das distorções causadas pelos mercados. NÃO faz parte das funções do governo</p> <p>(A) arrecadar impostos.</p> <p>(B) determinar os bens que o mercado deve produzir.</p> <p>(C) efetuar gastos para a manutenção da máquina pública, como o funcionalismo estatal e o cuidado com o patrimônio estatal.</p> <p>(D) fornecer bens e serviços públicos.</p> <p>(E) efetuar transferências, como pensões e seguro-desemprego.</p>	<p>54. A Teoria da Tributação estabelece que o sistema tributário ideal</p> <p>I. distribui o ônus tributário equitativamente entre os diversos indivíduos da sociedade.</p> <p>II. adota o conceito de progressividade, segundo o qual deve-se tributar menos quem tem uma renda mais elevada.</p> <p>III. segue o princípio da justiça empresarial, isto é, os impostos devem ser formulados com vistas a melhorar o poder econômico das empresas</p> <p>IV. atende ao critério da simplicidade, ou seja, o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para os contribuintes e de fácil arrecadação por parte do governo.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e IV, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>
<p>52. No que se refere ao desenvolvimento econômico, cabe ao Estado, dentre outras funções,</p> <p>(A) garantir apenas o direito à propriedade e a manutenção dos contratos por meio de uma administração eficiente do poder judiciário.</p> <p>(B) fornecer crédito em condições favoráveis às empresas de acordo com a contribuição feita por estas à campanha eleitoral do governo eleito.</p> <p>(C) deixar ao mercado a resolução completa dos problemas econômicos por meio da definição de bons contratos particulares.</p> <p>(D) ajustar-se aos objetivos econômicos dos grupos economicamente mais relevantes, buscando sempre reduzir a tributação incidente sobre os empresários.</p> <p>(E) investir em infraestrutura, promover o investimento privado em setores estratégicos e garantir o acesso da população à educação e saúde.</p>	<p>55. NÃO se trata de uma falha de mercado</p> <p>(A) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.</p> <p>(B) a poluição de rios das grandes metrópoles.</p> <p>(C) a existência de monopólios naturais.</p> <p>(D) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.</p> <p>(E) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.</p>



56. A Administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século passado como estratégia para tornar a gestão pública mais eficiente. A Administração pública gerencial
- propôs a redução dos custos transferindo ao Estado a execução de serviços privados e centralizando a tomada de decisão.
 - buscou organizar o serviço público por meio de sanções no caso de descumprimento das regras e procedimentos estabelecidos para os servidores.
 - diminuiu a morosidade na prestação dos serviços públicos por meio do estabelecimento de regras e procedimentos detalhados para cada etapa da implementação das políticas públicas.
 - aumentou a eficiência da gestão dos serviços públicos ao estabelecer remuneração por desempenho para os servidores que exercem suas funções de forma estritamente profissional, respeitando o devido distanciamento do cidadão.
 - atribuiu ao Estado o papel de regulador e delegou parte da execução dos serviços públicos à Administração indireta, às organizações sociais e à iniciativa privada.

57. Considere:

A redução dos trâmites necessários para exportações e importações entrou no rol das reformas que o Ministério da Fazenda está desenvolvendo para elevar a competitividade do Brasil e aumentar o crescimento da economia.

Uma pesquisa mostra que o exportador precisa preencher o CNPJ em 17 documentos diferentes e a nomenclatura da mercadoria deve ser registrada em 13 papéis oficiais. Ao todo, há 27 órgãos que tratam de exportações e boa parte deles tem exigências semelhantes, o que faz com que o empresário tenha que repetir procedimentos para fazer uma única transação. Isso gera custo elevado para as companhias exportadoras.

Estudo feito pelo professor Lucas Ferraz a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que, se o tempo necessário para apresentar documentos cair dos 13 dias atuais para 8 dias, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) pode chegar a 1,19%, o que equivaleria a US\$ 23,8 bilhões, em 2016.

(BASILE, Juliano. *Para estimular crescimento, Fazenda quer menos burocracia na exportação. Valor Econômico*, 23/04/2015)

Com base no fragmento de texto acima e na literatura sobre Administração burocrática, considere as afirmações a seguir:

- O fornecimento de informações precisas e detalhadas, inclusive para mais de um órgão, garante o controle dos procedimentos e o cumprimento das regras e legislações, gerando a segurança necessária para aumentar a competitividade dos exportadores e importadores brasileiros.
- O excesso de procedimentos constitui obstáculo à eficiência da economia brasileira.
- O excesso de trâmites, uma das disfunções do modelo burocrático, aumenta os custos, reduzindo a competitividade do setor de exportação brasileiro.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- II e III, apenas.
- I e II, apenas.
- III, apenas.
- I, II e III.

58. A excelência nos serviços públicos envolve a autoavaliação e a melhoria contínua do sistema de gestão, amparada em fundamentos próprios da gestão por excelência contemporânea, dentre os quais: pensamento sistêmico, visão de futuro e orientação por processos e informações. É COMPATÍVEL com essa proposta o seguinte conceito:

- A orientação por processos e informações relaciona-se à compreensão do conjunto das atividades, processos e informações da organização que agreguem valor para as partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações devem ter como base procedimentos padronizados, levando em consideração os regulamentos disponíveis.
- A visão de futuro refere-se exclusivamente as relações de interdependência entre os diversos componentes internos de uma organização.
- O pensamento sistêmico está relacionado à capacidade de estabelecer um estado futuro desejado, que garanta coerência ao processo decisório e que permita à organização antecipar-se às necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade.
- O pensamento sistêmico refere-se ao entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo, com foco na sociedade.
- A orientação por processos e informações está relacionada somente à compreensão dos fatores externos que afetam a organização.

59. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm sido adotadas no setor público por meio do governo eletrônico. Sobre esse tema, é INCORRETO afirmar que o governo eletrônico

- pode se concretizar na informatização das atividades internas dos órgãos públicos.
- pode aumentar a transparência e a participação da sociedade.
- possibilita a disponibilização de informações e serviços.
- pode ser entendido exclusivamente como a informatização da comunicação dos governos com o público externo.
- é integrado pelos portais governamentais, que são instrumentos de informatização da comunicação entre os governos e o público externo.

60. O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação sancionada pela Lei nº 10.520/2002. De acordo com essa lei, é correto afirmar:

- O pregão eletrônico diferencia-se da licitação somente pela forma de convocação dos interessados, que deve ser feita por meio de uma publicação por meios eletrônicos.
- A lei não permite a aquisição de bens e serviços comuns por meio do pregão eletrônico.
- O pregão eletrônico pode ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, isto é, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.
- Nessa modalidade, a autoridade competente deve especificar excessivamente a definição do objeto com o objetivo de diminuir a competição e, portanto, o número de concorrentes.
- Apesar do nome dessa modalidade ser pregão eletrônico, ele não pode ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.